

Prisão de Ribeiro mina Bolsonaro e preocupa Centrão

Judiciário Ribeiro é suspeito de integrar esquema com atuação no FNDE Ex-ministro da Educação é preso em operação da PF

Isadora Peron, André Guilherme Vieira e Luísa Martins
De Brasília e São Paulo

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e outras quatro pessoas suspeitas de integrarem uma espécie de "gabinete paralelo" dentro da pasta e atuarem para liberar, de maneira irregular, verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A operação, batizada de "Acesso Pago", mirou também os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, apontados como lobistas e personagens centrais do esquema que provocou a exoneração de Ribeiro em março. Também foram presos Luciano de Freitas Musse, ex-assessor do MEC, e Helder Bartolomeu, ex-assessor da Prefeitura de Goiânia.

A PF cumpriu ainda 13 mandados de busca e apreensão em Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal. A sede do MEC, em Brasília, foi um dos alvos. Outras medidas cautelares, como a proibição de contato entre os investigados e envolvidos, também foram decretadas.

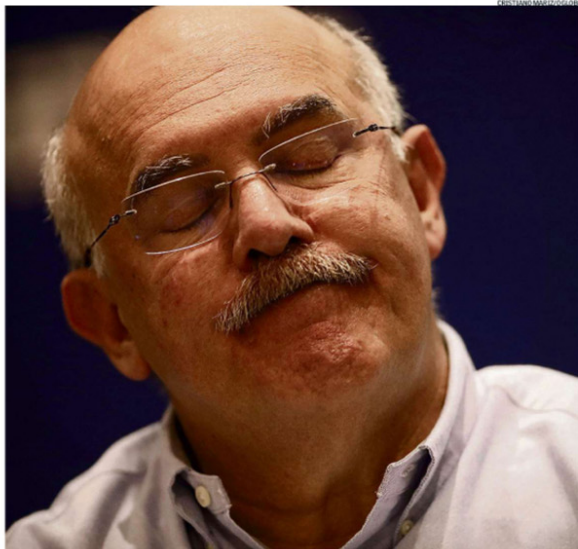
Segundo a PF, está sendo investigada a prática de "tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos públicos" do FNDE — órgão ligado ao Ministério da Educação e atualmente sob influência de políticos do Centrão, bloco de partidos que dá sustentação política ao governo de Jair Bolsonaro. O fundo reúne verbas federais destinadas a transferências para municípios.

As medidas foram autorizadas pelo juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal. Um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) foi um dos elementos que levaram o magistrado a decretar as prisões e as demais medidas.

Ribeiro foi preso pela manhã em Santos (SP) e, inicialmente, seria transferido para a Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Ele, no entanto, foi autorizado a ficar na capital paulista e participará da audiência de custódia, marcada para hoje, por videoconferência.

No mandado de prisão, o juiz listou quatro crimes que podem ter sido cometidos pelo ex-ministro: corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência.

O tipo de prisão decretada pelo magistrado foi a preventiva, quando não há prazo para a solução. Para tomar uma decisão dessa magnitude, o juiz precisa estar convencido da gravidade



Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação, preso em Santos, é investigado por tráfico de influência e corrupção

dos fatos e ter em mãos um razoável acervo probatório para justificá-la. A outra opção é a prisão temporária, que tem limite de cinco dias, prorrogáveis por outros cinco.

Segundo a defesa, há um depósito feito pelo pastor Arilton Moura a Ribeiro no valor de R\$ 50 mil referente à venda de um carro do ex-ministro. Ainda de acordo com o advogado Daniel Bialski, o valor total da venda teria sido de R\$ 60 mil.

A investigação que levou à prisão de Ribeiro começou no Supremo Tribunal Federal (STF), em março, após vir à tona a atuação dos pastores na liberação de verbas da pasta. Na Corte, a ministra Cármen Lúcia foi sorteada relatora do inquérito.

Com a saída do então ministro do cargo, porém, a Procuradoria-Geral da República (PGR) argumentou que o caso deveria tramitar na Justiça de Brasília, já que não havia nenhuma autoridade com foro sendo investigada.

No dia 5 de maio, a ministra atendeu ao pedido da PGR e encaminhou o processo ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para o caso fosse distribuído a uma das Varas Federais Criminais do Distrito Federal.

Quando o inquérito foi aberto, Cármen Lúcia cobrou o procurador-geral da República, Augusto Aras, sobre a necessidade de Bolsonaro também ser investigado no caso. Na época, o jornal "Folha de S. Paulo" publicou um áudio em que Ribeiro dizia priorizar o atendimento aos dois pastores a pedido do presidente.

Inicialmente, Bolsonaro defendeu o ex-ministro. Ele chegou a dizer, em uma "live", que colocaria "a cara no fogo" pelo auxiliar. Ontem, após a operação da PF, o presidente mudou o discurso. "Ele que responda pelos atos dele, eu peço a Deus que não tenha problema nenhum", disse.

Em nota, a defesa de Ribeiro defendeu que "inexistia razão" para a prisão do ex-ministro. Para Bialski, a "custódia é injusta, desmotivada e indiscriminadamente desnecessária". "Vamos entrar com pedido de habeas corpus visando o reconhecimento da coação ilegal imposta, especialmente porque os fatos são pretéritos e sem contemporaneidade. Não se poderia decretar a medida excepcional".

Já o MEC afirmou, também em nota, que iria continuar colaborando com as investigações e pontuou que as suspeitas envol-

vem a gestão anterior da pasta.

"O MEC ressalta que o governo federal não compactua com qualquer ato irregular e o continuará a colaborar com as investigações."

Em entrevista à imprensa, o atual ministro da Educação, Victor Godoy, defendeu que, se o esquema de desvios de verba for comprovado, os envolvidos devem ser punidos. "Caso qualquer pessoa tenha praticado qualquer irregularidade e seja comprovada a sua culpa, isso tem que ser objeto de responsabilização", disse.

Godoy, no entanto, disse que nunca viu nenhuma atitude de Ribeiro que tenha levantado a sua suspeita. "Eu nunca tive conhecimento ou qualquer tipo de postura do ex-ministro na minha frente, que pudesse me levar a qualquer tipo de desconfiança", afirmou.

Ele lembrou que foi servidor de carreira da CGU, onde trabalhou por mais de 14 anos, e ponderou que, também por essa experiência, "a gente sabe que essas coisas acontecem sempre de maneira velada". "Naturalmente os órgãos de investigação têm mecanismos de investigação mais robustos", disse.

Ricardo Mendonça
De São Paulo

Preso na manhã de ontem durante uma operação da Polícia Federal, o ex-ministro da Educação e ex-reitor do Mackenzie Milton Ribeiro é suspeito de estar envolvido num esquema de liberação de dinheiro da pasta que seria controlado por dois pastores evangélicos sem cargos públicos: Gilmar Santos e Arilton Moura, que também foram presos.

Santos é presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil e lidera o Ministério Cristo para Todos, em Goiânia. Moura atua como auxiliar de Santos e assessor da Convenção presidida pelo colega.

O envolvimento de personagens ligados a denominações evangélicas perpassa todo o caso. A dupla Santos e Moura teria conseguido acesso ao ministério por influência do deputado federal João Campos (Republicanos-GO), um dos líderes da bancada evangélica e pastor da Assembleia de Deus Ministério Vila Nova.

Ribeiro, que é pastor presbiteriano, chegou ao cargo de ministro por indicação e sob a proteção da primeira-dama Michelle Bolsonaro, evangélica, e de André Mendonça, também evangélico, ex-advogado-geral da União e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O caso do balcão de negócios coordenado pela dupla de pastores no ministério foi originalmente revelado por reportagens publicadas pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Conforme as matérias, um grupo de prefeitos de municípios pequenos reclamava da existência de um esquema de propinas para liberação de verbas no Ministério da Educação.

Conforme os relatos, a verba pública era liberada com mais facilidade quando os gestores eram indicados pelos religiosos e por parlamentares do chamado Centrão — partidos sem identificação ideológica clara e que hoje apoiam Jair Bolsonaro.

Sem cargo ou designação formal do Ministério da Educação, a dupla Santos e Moura negociava liberação de verbas com prefeituras pequenas para a construção de escolas, creches e quadras esportivas, entre outras coisas.

O caso mudou de patamar quando, em meio a escalada de denúncias, foi revelado que o presidente Jair Bolsonaro já havia recebido Santos e Moura em

pelo menos duas ocasiões.

E atingiu temperatura máxima quando o jornal "Folha de S. Paulo" revelou um áudio em que o então ministro Milton Ribeiro admitia que o governo dava prioridade na liberação de verbas às prefeituras que tratavam diretamente com a dupla de pastores.

"A minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar", afirma Ribeiro na gravação.

Ele disse ainda que retribuição pela verba liberada poderia ser feita mediante a construção de igrejas no município contemplado. E que isso era "um pedido especial" do próprio Bolsonaro.

Em meio à repercussão do escândalo, Bolsonaro afirmou que confiava em Ribeiro e colocaria "a cara no fogo" pelo então ministro. "O Milton, coisa rara eu falar aqui, eu boto a minha cara no fogo pelo Milton; minha cara toda no fogo pelo Milton", disse. Ribeiro caiu mesmo assim.

Ribeiro pediu demissão sob a alegação de que estava saindo para preservar o governo Bolsonaro.

A saída também foi marcada pela revelação de mais um episódio deletério. No momento da despedida, Ribeiro admitiu numa rede social que autorizou a impressão de exemplares da Bíblia com a sua imagem, o que depois se transformaria em doações em um evento evangélico. Descobriu-se depois que as bíblias ilustradas com a foto do então ministro teriam sido distribuídas num evento do próprio ministério da Educação no Pará.

As reportagens sobre o caso continuaram. Ao jornal "O Estado de S. Paulo", o prefeito de Luis Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB), afirmou que um dos pastores com trânsito no ministério pediu R\$ 15 mil e um quilo de ouro para autorizar uma liberação de recursos para o seu município.

Na sequência, o prefeito de Paracatu (SP), Luciano Almeida eram indicados pelos religiosos e por parlamentares do chamado Centrão — partidos sem identificação ideológica clara e que hoje apoiam Jair Bolsonaro.

Sem cargo ou designação formal do Ministério da Educação, a dupla Santos e Moura negociava liberação de verbas com prefeituras pequenas para a construção de escolas, creches e quadras esportivas, entre outras coisas.

O caso mudou de patamar quando, em meio a escalada de denúncias, foi revelado que o presidente Jair Bolsonaro já havia recebido Santos e Moura em

Bolsonaro muda o tom e diz que Ribeiro deve responder por atos



Prisão eleva a tensão na campanha pela reeleição

A prisão de Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação, gerou uma reação imediata de Jair Bolsonaro, presidente da República. O líder do governo mudou o tom e afirmou que o ex-ministro deve responder por seus atos. Bolsonaro também afirmou que o MEC continuará colaborando com as investigações e que o governo não compactua com qualquer ato irregular.

Congresso Prisão de Milton Ribeiro dá impulso a pedido de investigação que não avançava no Senado

Oposição está a uma assinatura de conseguir a CPI

Vanderson Lima e Renan Truffi
De Brasília

A prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro voltou a elevar a pressão para que o Senado instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com objetivo de investigar supostos esquemas de corrupção envolvendo pastores no MEC.

O líder da oposição na Casa, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), obteve mais três apoios e está a uma assinatura do número necessário para protocolar o pedido de investigação parlamentar. A base bolsonarista, que já havia apresentado três outros pedidos de CPI, com temas vagos e sem relação com o governo, promete judicializar o

caso se a CPI do MEC for passada à frente das demais.

O regimento do Senado determina que, para um pedido de CPI ser recebido, deve contar com o apoio de pelo menos 27 senadores em exercício, um terço da Casa. Na esteira da prisão de Ribeiro, o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), e os senadores Rafael Tenório (MDB-AL) e Soraya Thronike (União Brasil-MS) aderiram ao pedido de CPI do MEC, sendo alcançadas 26 assinaturas – a do senador Renan Calheiros (MDB-AL), que está licenciado, teve de ser retirada da contagem. Os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF) e Marcelo Castro (MDB-PI) teriam indicado disposição de também serem signatários, o que permitiria atingir o quórum mínimo.

Castro, que é ex-ministro da Saúde e presidente da Comissão de Educação do Senado, afirmou que, caso falte apenas uma assinatura para que se alcance o número, ele garantirá o apoio necessário. “Sendo presidente da comissão, sempre tive uma postura de ficar neutro. Agora, caso consigam 26 assinaturas para abrir a CPI, darei meu voto de minoria com a 27ª”.

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) admitiu que a prisão é “fato relevante” para a avaliação de instalação de uma CPI, mas disse que isto não é “determinante”, lembrando que o momento pré-eleitoral pode atrapalhar a criação de um colegiado dedicado à investigação desses fatos.



Randolfe Rodrigues: líder da oposição está a uma assinatura do número necessário para protocolar pedido da CPI

“A exigência da CPI é de um fato determinado. A prisão preventiva pressupõe indício de autoria e de materialidade, acaba evidentemente sendo um fato relevante para a consideração da CPI, mas não necessariamente sendo um fato determinante para a instalação”, ponderou.

“O fato de se estar em um momento muito próximo das eleições acaba prejudicando sim o trabalho dessa e de qualquer outra CPI”,

alertou Pacheco. Em 2021, Pacheco postergou a instalação de uma CPI para investigar a atuação do governo na pandemia e só o fez depois de determinação judicial.

O pedido de criação da CPI do MEC foi apresentado por Randolfe ainda em março, quando surgiram as primeiras denúncias. Na época, o Palácio do Planalto operou nos bastidores e três senadores retiraram seus apoios.

Algumas das CPIs pedidas pelos

bolsonaristas já tramitam no Senado há tempos, mas ganharam força nessa articulação para barrar a CPI do MEC. São os casos da CPI das ONGs, protocolada pelo senador Flávio Valério (PSDB-AM); e da CPI do Narcotráfico, protocolada pelo senador Eduardo Gião (Podemos-CE). O senador Carlos Portinho (RJ), líder do governo, conseguiu à época 28 assinaturas em apoio a um CPI para apurar problemas no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Prefeito é acusado de desviar recursos do FNDE, pivô do caso MEC

Luísa Martins
De Brasília

Filiado ao Republicanos, partido da base aliada do governo Jair Bolsonaro, o prefeito de Bonfim (RR), Joner Chagas, é acusado de liderar um esquema de desvios de verbas públicas recebidas do Ministério da Educação (MEC). A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) em maio. O juiz federal Saulo Bahia, relator convocado do caso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), levantou o sigilo dos autos em 8 de junho.

Segundo o MPF, as investigações demonstraram que o prefeito direcionava licitações em favor de empresas pertencentes ao seu próprio grupo familiar, além de superfaturar preços e não entregar os bens contratados.

A verba desviada era proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a quem cabe monitorar a aplicação dos recursos.

O uso irregular do FNDE está no centro da prisão preventiva

do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, suspeito de tráfico de influência e corrupção na liberação desses recursos. O processo contra Chagas, porém, não tem relação com essa Operação.

Ambos estiveram juntos em outubro do ano passado, em um evento no Palácio do Governo em Boa Vista (RR). Uma das pautas foi justamente o FNDE. Na reunião, o prefeito relatou ao ex-ministro “dificuldades com relação aos subvalores” do Fundo.

No caso de Bonfim, o MPF narra fraudes no custeio de transporte escolar, material didático e

itens de higiene e limpeza para a rede pública de educação. Pelo menos R\$ 247,6 mil teriam sido retirados dessas áreas para proveito particular do prefeito.

Em relação ao transporte escolar, por exemplo, a empresa vencedora da licitação — cujo dono é conchudado do prefeito (marido da irmã da sua esposa) — só foi apresentar proposta de preço após a homologação do pregão.

Além disso, a solicitação da abertura do certame, autorizada por Chagas, indicava para a rota escolas que já estavam fechadas por mais de uma década. Tam-

bém foi verificado que, apesar de ter contratado o serviço, a prefeitura usava veículos próprios.

Em relação ao uso das verbas do Fundeb para materiais didáticos, de higiene e limpeza, o MPF afirma que as empresas vencedoras das licitações cobravam, em 92 itens, valores unitários superiores aos da segunda colocada.

O MPF afirma que fraudar licitação “não se trata de algo isolado na gestão de Joner Chagas”, mas sim uma prática que começou no início de 2017 e perdura até o presente momento.

Chagas entrou para o Republi-

canos em 2019, depois de cinco anos no PRB. Foi o mesmo movimento feito neste ano pelo atual vice-presidente da República, Hamilton Mourão. O prefeito também tem nas redes sociais uma fotografia com Bolsonaro e é muito próximo ao governador de Roraima, o bolsonarista Antonio Denarium (Progressistas).

Em nota, a prefeitura de Bonfim afirmou que Chagas “é vítima de uma perseguição política”. Também disse que todos os atos do prefeito “são pautados na transparência e no zelo com os recursos públicos”.

Prisão de Milton Ribeiro enfraquece discurso anticorrupção de Bolsonaro

Análise

César Felício
De São Paulo

Em março, quando o escândalo do Ministério da Educação estourou, o presidente Jair Bolsonaro procurou fazer com que o então ministro Milton Ribeiro saísse do governo pela porta principal. Afirmou que aquela poderia ser uma “saída temporária”, embora estivesse claro para todos que Milton Ribeiro jamais voltaria ao governo depois de seu envolvimento com pastores lobistas que recebiam comissões em outro de interesses por tráfico de influência dentro do ministério. Dias antes, afirmou em uma “live” que “botava a cara toda no fogo” por Ribeiro.

A prisão de Ribeiro hoje fez com que Bolsonaro mudasse o tom. Destacou a independência da Polícia Federal, ao efetuar uma prisão

cujos efeitos politicamente “obviamente” respingam nele, como destacou. Seguiu em seguida o kit básico de justificativas de todo político com auxiliares surpreendidos em maus passos: lembrou que a administração é composta por muita gente, que não é possível garantir comportamento ilibado de todos, que cabe ao envolvido dar explicações etc. E por que essa diferença de tom?

Em março o presidente ainda considerava ter ativos além do antilulismo para apresentar nas eleições presidenciais. Há três meses, ainda se falava nos bastidores do governo em uma guinada nas pesquisas em junho, movida pela engrenagem do pagamento do novo Auxílio Brasil. Não se projetava como se faz agora a dificuldade de se controlar a inflação, sobretudo a dos preços dos combustíveis. Ribeiro, um pastor presbiteriano, reforçava o vínculo de

Bolsonaro com os evangélicos, uma de suas principais bases.

O escândalo volta em um momento em que Bolsonaro está na defensiva sua dependência em relação ao antilulismo aumentou. As pesquisas mostram que o ponto fraco de Lula é a avaliação sobre honestidade, e é nesse ponto fraco que a estrutura de marketing de Bolsonaro se agarra. Eles buscam fazer contraste entre administrações nesta área, já que na seara econômica é bem mais difícil. O caso MEC compromete este esforço de Bolsonaro e chega em um momento extremamente delicado para o presidente. Trata-se do primeiro caso de ex-ministro de um governo em curso preso desde Geddel Vieira Lima, colaborador de Michel Temer. Uma pesquisa Datafolha está em campo, deve ser divulgada hoje e esse caso já pode causar algum impacto. A mudança de tom portanto é uma contenção de danos.

Ex-ministro foi da Comissão de Ética Pública da Presidência da República

De São Paulo

Milton Ribeiro, que também é pastor e educador, chegou ao posto de ministro da Educação em julho de 2020 com a missão de blindar a pasta de crises. Antes, ele era membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, nomeado por Bolsonaro.

No MEC, Ribeiro chegou com credenciais acadêmicas e evangélicas. Na plataforma Lattes, informou ter graduação em teologia em 1980 pelo Seminário Presbiteriano do Sul, graduação em direito em 1990 pelo Instituto Toledo de Ensino, mestrado em direito em 2001 pelo Mackenzie de São Paulo e doutorado em educação em 2006 pela USP.

Milton Ribeiro era apresentado ainda como ex-reitor em exercício e vice-reitor do Mackenzie, insti-

tuição de ensino frequentemente mencionada por Bolsonaro como exemplo positivo de pesquisa quando o presidente discursava sobre as propriedades do grafeno, uma de suas obsessões.

A credencial evangélica de Milton Ribeiro era a de ser pastor da Igreja Presbiteriana, o que dialogava com uma das principais bases políticas de Bolsonaro. Ribeiro foi o quarto ministro da Educação de Bolsonaro no curto período de um ano e meio de governo. Quando chegou ao cargo a pasta ficava um mês sem comando, resultado de uma sucessão de crises e fracassos na área. O primeiro ministro da Educação escolhido por Bolsonaro foi Ricardo Vélez Rodríguez, que deixou o cargo responsabilizado por uma administração marcada por polémicas.

Uma delas, um pouco antes de

sair, foi anunciar que planejava mudar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar costumam ser retratados nos livros didáticos. No lugar de Velez, Bolsonaro colocou Abraham Weintraub, que ficou conhecido como uma das figuras mais beligerantes do governo.

Sua permanência no cargo ficou insustentável depois de ele ser gravado, durante uma reunião ministerial, se referindo aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como “vagabundos”. Antes de escolher Milton Ribeiro, Bolsonaro nomeou Carlos Alberto Decotelli para o comando do Ministério da Educação. Mas este sequer conseguiu assumir em razão do constrangimento gerado por um conjunto de informações falsas em seu currículo reveladas pela imprensa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 13 a 15